



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638427 - PR (2021/0000764-1)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : IAN ANDERSON STAFFA MALUF DE SOUZA
ADVOGADO : IAN ANDERSON STAFFA MALUF DE SOUZA - PR046769
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : YAN CARLOS SOARES DA CRUZ (PRESO)
CORRÉU : LEANDRO RICARDO DE OLIVEIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de YAN CARLOS SOARES DA CRUZ em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ (Revisão Criminal n. 0028563-85.2020.8.16.0000).

O paciente foi condenado à pena de 20 anos de reclusão em regime fechado como incurso nas sanções dos arts. 121, § 2º, inciso IV, do Código Penal, e 244-B, da Lei n. 8.069/90.

O impetrante sustenta que na dosimetria da pena, o juiz sentenciante elevou a pena de forma desproporcional.

Requer, liminarmente, nova dosimetria da pena. No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg

no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente